MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Curitiba/PR – 2013

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Superintendência Regional do DPF no Paraná

Curitiba/PR, 2013

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS....4
LISTA DE QUADROS....5
INTRODUÇÃO....6
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO....8
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA....8
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE....9
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL....9
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS....11
1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO....14
1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS....15
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES....16
2.1. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UNIDADE:....16
2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS....16
2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES....17
2.4. INDICADORES....17
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO....20
3.1. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS....20
3.2. SISTEMA DE CORREIÇÃO....21
3.3. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU....22
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA....23
4.1. RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL....23
4.1.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ....23
4.2. RELAÇÃO DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL....23
4.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO, DE RESPONSABILIDADE DA UJ....23
4.3. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA....23
4.3.1. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ....23
4.3.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS....23
4.3.3. MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA....23
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA....30
5.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....30
5.2. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....30
5.3. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2012.....31
5.4. INFORMAÇÕES SOBRE SUPRIMENTO DE FUNDOS....31
5.5. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....31
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS....32

6.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE. 32
6.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE.....32
6.1.2. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....33
6.1.3. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL 34
6.1.4. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS 35
6.1.5. ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS 35
6.1.6. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS. 35
6.1.7. INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO ...35
6.1.8. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....36
6.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....36
6.2.1. INFORMAÇÕES DE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS ...36
6.2.2. INFORMAÇÕES SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS COM REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO 36
6.2.3. AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MPMOG PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO36
6.2.4. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE LIMPEZA/HIGIENE E VIGILÂNCIA 37
6.2.5. INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS.....38
6.2.6. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁCIOS 41
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO 42
7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS 42
7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO 42
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....44
9. GESTÃO DO USO RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....46
9.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....46
9.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA 47
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS 49
10.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO 49
10.2. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI N° 8.730/93 49
10.3. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV 49
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....50
11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO 50
11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 50
12. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ 51
ANEXOS 58
ANEXO I – DECLARAÇÕES DOS SETORES DE GESTÃO DE CONTRATOS.....58
ANEXO II – DECLARAÇÕES DOS CONTADORES.....61
ANEXO III – ORGANOGRAMA DA SR/DPF/PR.....65

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

ACI/DG – Assessoria de Controle Interno da Direção Geral

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

CGU – Controladoria Geral da União

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

SR/DPF/PR – Superintendência Regional de Policia Federal no Estado do Paraná

DPF/PNG/PR - Delegacia de Policia Federal em Paranaguá

DPF/PGZ/PR – Delegacia de Polícia Federal em Ponta Grossa

DPF/GPB/PR - Delegacia de Policia Federal em Guarapuava

DPF/CAC/PR - Delegacia de Policia Federal em Cascavel

DPF/LDA/PR – Delegacia de Policia Federal em Londrina

DPF/MGA/PR – Delegacia de Policia Federal em Maringá

DPF/FIG/PR – Delegacia de Policia Federal em Foz do Iguaçu

DPF/GRA/PR – Delegacia de Policia Federal em Guaíra

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - A.1.2 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ 8
QUADRO 2 - INDICADOR DE DESEMPENHO 1 17
QUADRO 3 - INDICADOR DE DESEMPENHO 2.....18
QUADRO 4 - A.3.1. - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO 20
QUADRO 5 - A.4.11 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA 23
QUADRO 6 - A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO 26
QUADRO 7 - A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESAS.....27
QUADRO 8 - A.5.2 – SITUAÇÃO DE RESTOS A PAGAR 30
QUADRO 9 – A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO.....32
QUADRO 10 – A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS.....33
QUADRO 11 – A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE ...33
QUADRO 12 – A.6.6 – CUSTOS DE PESSOAL.....34
QUADRO 13 – A.6.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INATIVOS 35
QUADRO 14 – A.6.17 – CONTRATOS PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE LIMPEZA/VIGILÂNCIA .37
QUADRO 15 – A.6.18 – CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA.....38
QUADRO 16 – A.6.19 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....41
QUADRO 17 – A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS 42
QUADRO 18 – A.7.2. – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS.....42
QUADRO 19 - A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS 43
QUADRO 20 - A.8.1. – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ 44
QUADRO 21 - A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....46
QUADRO 22 - A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....47
QUADRO 23 - A.10.5 – DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS 49
QUADRO 24 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES GERAIS.....52

INTRODUÇÃO

Este relatório trata do desempenho institucional e gestão orçamentária e financeira desta Superintendência de Policia Federal no Estado do Paraná, bem como das Unidades Gestoras de Londrina e Foz do Iguaçu, em que pese a DN 119/2012 não tratar destas unidades. Assim, formou-se este relatório de gestão, o qual se sustenta, principalmente, pelas disposições da Decisão Normativa TCU n. 119/2012 e da Portaria TCU n. 150/2012.

O conteúdo geral está estruturado de forma seqüencial, segundo os itens relacionados no Anexo II da DN TCU nº 119/2012, quais sejam: Identificação e atributos da Unidade, Planejamento Estratégico, Estrutura de Governança e Autocontrole da Gestão, Programação e Execução da Despesa, Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira, Gestão de Pessoas, Gestão do Patrimônio, Gestão de Tecnologia da Informação, Gestão de Recursos Renováveis e Sustentabilidade, Conformidades e Tratamento de Disposições Legais, Informações Contábeis e outras informações sobre a Gestão.

As informações constantes no Relatório seguem as orientações contidas na Portaria 150/2012, inclusive no que concerne aos modelos de quadros e declarações. Ainda, as Declarações dos Gestores – relativas à inserção de contratos e convênios no SIASG e SICONV e Declarações dos Contadores, constam como anexos ao presente. Ainda, procuramos seguir as orientações exaradas pela Assessoria de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal, principalmente no que concerne aos quadros componentes do presente relatório.

Ressalte-se que nem todos os itens identificados como sendo aplicáveis à natureza desta Unidade Jurisdicionada – constantes na DN 119/2012, foram informados, uma vez que alguns itens não se aplicam à Unidade ou, mesmo em se aplicando, não são de responsabilidade da Unidade. Também, eventualmente, por se caracterizarem como informação de natureza sigilosa. Seguem os itens que não constam no presente relatório.

a) Item 4.2. – Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ, visto a responsabilidade não ser afeta a esta Unidade;
b) Item 4.4. – Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, de Responsabilidade da UJ, visto a responsabilidade não ser afeta a esta Unidade;;
c) Item 4.7 – Programação Orçamentária das Despesas, visto a responsabilidade não ser afeta a esta Unidade;
d) Item 5.1. – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, face não haver saldo, nas contas indicadas, em 31/12/2011 e 31/12/2012.
e) Item 5.3. – Informações sobre transferências, vigentes, face não haver instrumentos vigentes em 2012, bem como, por não haver instrumento atualmente vigente – em 2013, tampouco previsao de vigência futura;
f) Item 5.4. – Informações sobre Suprimentos de Fundos, face caracterizarem-se como informações SIGILOSAS;
g) Item 5.5. – Renúncia Tributária, face não se aplicar à natureza da Unidade; e
h) Item 10.1 – Deliberações do TCU atendidas no Exercício, face não ocorrência no exercício.

Finalmente, nesse contexto, constatamos que alguns itens da DN TCU são divididos em tópicos específicos e, eventualmente, algum tópico pode não se aplicar à realidade da unidade ou, mesmo, as informações necessárias podem estar à cargo da Direção Geral ou Órgão Central do

Departamento. Nesses casos, procuramos enfatizar essa situação dentro do próprio item, conforme se vislumbrará do contido na sequência do Relatório, sendo que, dentre os quadros específicos, deixa-se de preencher os que abaixo seguem, dentre outros:

a) Quadros A.4.1 a A.4.9, face esta Unidade não ser citada expressamente como responsável por Programas no PPA ou Ações da LOA. Assim, essas informações constarão em relatórios de Unidades do Departamento de Polícia que constem nesses normativos;
b) Quadros A.4.12 e A.4.13, face os motivos acima explicitados, uma vez que esta Unidade executa créditos por movimentação, oriundos da Coordenação de Orçamento e Finanças – COF/DLOG/DPF;
c) Quadros A.5.3. a A.5.7, como já informado, face não haver Instrumentos de Transferências em 2012/2013, tampouco, com previsão de vigência futura;
d) Quadros A.5.8 a A.512, referentes às informações sobre suprimentos de fundos, uma vez que essas informações são resguardadas por sigilo;
e) Quadros A.6.1. e A.6.4., face as informações pertinentes também serem resguardadas por sigilo, conforme orientação da ACI/DG/DPF;
f) Quadros A.6.8 a A.6.13, uma vez que as informações pertinentes constarão do Relatório de Gestão de Órgão Central do Departamento de Polícia Federal;
g) Quadro A.6.14, face não se aplicar à realidade do Departamento de Polícia Federal; e
h) Quadros A.6.15 e A.6.16, uma vez que não houve, no exercício de 2012, autorização para realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de funcionários terceirizados no âmbito do Departamento de Polícia Federal.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Paraná é constituída por 09 (nove) Unidades Administrativas e Operacionais, sendo que somente 03 (três) são gestoras de créditos orçamentários e recursos financeiros, como segue:

Superintendência Regional em Curitiba (UG's 200364 e 200365) e suas subordinadas – no que concerne aos atos/fatos de gestão - Delegacias de Polícia Federal em Guarapuava/PR, Cascavel/PR, Ponta Grossa/PR e Paranaguá/PR;

Delegacia de Policia Federal em Foz do Iguaçu (UG's 200366 e 200367) e sua subordinada – no que concerne aos atos/fatos de gestão - a Delegacia de Polícia Federal em Guaíra/PR;

Delegacia de Policia Federal em Londrina (UG's 200368 e 200369) e sua subordinada – no que concerne aos atos/fatos de gestão - a Delegacia de Polícia Federal em Maringá/PR.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 01 - A.1.2 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		**Código SIORG: 316**	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Superintendência Regional do DPF no Paraná			
Denominação Abreviada: SR/DPF/PR			
Código SIORG: 1147	**Código LOA:** Não se aplica	**Código SIAFI:** 200364 e 200365	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Pública	**CNPJ**: 00.394.494/0032-32		
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		**Código CNAE:** 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(41) 3251-7800	(41) 3251-7830	(41) 3251-7832
Endereço Eletrônico: gab.srpr@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Pfª Sandália Monzon, 210, Santa Cândida, Curitiba/PR, CEP 82640-040.			

Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas

Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Superintendência Regional do DPF no Paraná	00.394.494/0032-32	200364	Ativa	1147
Superintendência Regional do DPF no Paraná	00.394.494/0032-32	200365	Ativa	1147
Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu	00.394.494/0077-34	200366	Ativa	022917
Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu	00.394.494/0077-34	200367	Ativa	022917
Delegacia de Polícia Federal em Londrina	00.394.494/0094-35	200368	Ativa	034779
Delegacia de Polícia Federal em Londrina	00.394.494/0094-35	200369	Ativa	034779

Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:
Art. 144 da Constituição Federativa do Brasil de 1988;
- Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná - SR/DPF/PR. Criada, inicialmente, como Delegacia Regional "C" - através do regulamento aprovado pelo Dec. 56.510, de 28/06/65 – D.O.U. 138, de 22/07/65. Transformada em Superintendência pelo Dec. 70.665/72 - D.O.U nº 104, de 05/06/72. Posteriormente, o Dec. 73.332/73, de 19.12.73 - D.O.U. de 20.12.73 – redefiniu a estrutura do Departamento de Polícia Federal, revogando o Dec. 70.665/72.
- Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu - DPF/FIG/PR: Dec. 70.665/72 e, na sequência, Dec. 73.332/73 que redefiniu a estrutura do Departamento, revogando o Dec. 70.665/72;
- Delegacia de Polícia Federal em Londrina - DPF/LDA/PR: Dec. 70.665/72 e, na sequência, Dec. 73.332/73 que redefiniu a estrutura do Departamento, revogando o Dec. 70.665/72.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça;
- Portaria 2.877, de 30 de dezembro de 2011. Aprova o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal..

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
200364 e 200365	Superintendência Regional do DPF no Paraná
200366 e 200367	Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu
200368 e 200369	Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu

Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200364, 200365, 200366, 200367, 200368 e 200369	Para todas as UG's = 00001 (Tesouro)

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI, em 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, pelo Decreto- Lei 6378/44, tomando sua atual constituição através do Decreto-Lei nº 200/1967. O órgão é representado nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias despesas, como Unidades Gestoras, a exemplo desta Superintendência de Polícia Federal no Estado do Paraná.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, "A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União." (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência da Policia Federal no Estado do Paraná exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição

1.3. Organograma Funcional

I - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PARANÁ - SR/DPF/PR:
a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
c) Setor de Recursos Humanos - SRH;
d) Setor Técnico-Científico - SETEC;
e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:
f) Delegacia Regional Executiva - DREX:
g) Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DRCOR:
h) Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR:

II - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CASCAVEL;

III - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU:

IV - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM GUAÍRA:

V - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM GUARAPUAVA;

VI - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM LONDRINA;

VII - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MARINGÁ;

VIII - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM PARANAGUÁ: e

IX - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM PONTA GROSSA.

Conforme Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, Portaria nº 2.877/2011-MJ, compete às Superintendências Regionais, na sua área de atuação:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;
II - administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;
III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, a fim de subsidiar o planejamento operacional das unidades centrais;
IV - executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal;
V - apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;
VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e
VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência

Ainda, conforme o mesmo normativo (Portaria MJ 2.877/2011), compete às Delegacias, Setores e Núcleos:

I - planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação;
II - executar operações policiais específicas e aquelas integradas com outras unidades ou junto a outros órgãos governamentais, quando for o caso;
III - cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais na execução das atividades correspondentes a sua área de atuação, dispondo da legislação, jurisprudência e outras informações correlatas; e
IV - dispor de dados acerca do desempenho de suas ações específicas e consolidar relatórios de tais atividades, a fim de subsidiar os níveis hierárquicos superiores.

Para maiores desdobramentos de cada setor, pode ser consultada a Instrução Normativa nº 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005.

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Núcleo de Inteligência Policial: NIP

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional

Corregedoria Regional da Polícia Federal COR

Competência/Atribuição: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária

Delegacia Regional Executiva –DREX

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização de aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada sob controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização de emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.

Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e ao direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.

Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado – DRCOR

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.

Setor Técnico Científico - SETEC

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Setor de Recursos Humanos

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.

Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas conseqüências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

1.6. Principais Parceiros

Na consecução de suas diversas atividades, a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná tem implementado ações que contam com parcerias de diversos órgãos e instituições no Estado do Paraná. Destacam-se as parcerias existentes com a Secretaria de Segurança Pública no Paraná, que se materializam não só no compartilhamento de dados e informações relativas à Segurança Pública, como também em ações integradas de combate aos diversos crimes de competência do Departamento de Polícia Federal, com participação efetiva de integrantes das Polícias Militar e Civil do Estado do Paraná.

Também é importante destacar a atuação conjunta desta Superintendência e a Controladoria Geral da União, cuja participação tem sido fundamental em investigações relacionadas aos desvios de recursos públicos federais, face notória especialização dos integrantes daquele Órgão de Controle nessa área.

Ainda, contamos com parcerias junto à Receita Federal do Brasil, IBAMA, Caixa Econômica Federal, Ministério Público e Justiça – tanto estadual como federal, visando, sempre, a melhoria contínua dos procedimentos formalizados nesta Superintendência.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. Informações sobre o planejamento estratégico da unidade:

Cabe ressaltar que não há, no âmbito da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná, um planejamento estratégico específico e formal, sendo a atuação dos diversos Setores que compõe a Unidade delineada pelas suas atribuições legais, bem como, seguindo planejamento ou, mesmo, orientações dos Órgãos Centrais e da própria Direção Geral.

Assim sendo, no exercício de 2012, a exemplo do período anterior, de forma ampla e genérica, encontram-se entre os objetivos estratégicos da instituição, os seguintes:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.
- ✓ Crimes Cibernéticos.

2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Ressalte-se que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é "Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária".

A estratégia de atuação encontra-se focada em uma VISÃO DE FUTURO que é "Tornar a Polícia Federal uma referência em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, esta em cooperação com os estados soberanos, sempre se atentando para os valores fundamentais da dignidade humana."

No exercício de 2012 o Departamento de Polícia Federal, como a grande maioria dos Órgãos Públicos Federais, passou por momento difícil, mormente face os movimentos paredistas das classes de Servidores que compõe o Departamento.

Nesse sentido, nesta Superintendência Regional, buscamos minimizar o impacto dos movimentos, buscando soluções junto a outros órgãos parceiros – na forma de apoio, bem como, junto aos próprios Sindicatos da Categorias, de forma que o movimento transcorresse sem que restassem prejudicadas operações em andamento, principalmente àquelas urgentes, sempre procurando fazer do diálogo uma ferramenta para a equacionalização dos problemas, o que, cremos, ao final, teve desfecho satisfatório, visto que não restaram prejudicadas operações de grande vulto e urgentes. Por óbvio algumas atividades tiveram rotinas alteradas, principalmente aquelas que demandavam atendimento ao público externo, porém, como já frisado, as ações desta Administração se mostraram eficazes – na busca de minimizar os impactos decorrentes dos movimentos paredistas, em alguns casos ocorrendo realocação de servidores em setores estratégicos.

Ainda durante o exercício de 2012, buscamos modernizar nosso parque de informática e telecomunicação, com aquisição de equipamentos de tecnologia superior, para fazer frente às demandas atuais.

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

Em 2012 a atuação da Superintendência Regional no Paraná abrangeu inúmeras operações de combate ao crime organizado, sempre em consonância com as diretrizes da Direção Geral, com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas.

Para cumprir os objetivos propostos, foram realizadas diversas operações, bem como impetradas ações de valorização e capacitação dos servidores. Houve necessidade e foram tomadas providências visando a racionalização dos créditos orçamentários disponíveis, tomando-se as devidas cautelas no sentido de minimizar o impacto na atuação da Polícia Federal.

Ainda, no contexto da estratégia de atuação, houve continuidade no processo de fortalecimento da integração entre a Polícia Federal e outros órgãos, tais como a Receita Federal, a Controladoria-Geral da União, o Banco Central, o IBAMA e o Tribunal de Contas da União - no âmbito do executivo federal, e Secretaria de Segurança Pública – Polícia Civil e Polícia Militar - no âmbito do executivo estadual e Guardas Municipais - na esfera municipal.

As mencionadas ações de integração possibilitaram fortalecer a atuação da Polícia Federal no Paraná, nas mais diversas áreas, desde a inteligência à execução de operações, passando pela capacitação de seus Servidores. As ações permanentes de repressão na região de fronteira também contaram com o apoio da Receita Federal e da Secretaria de Segurança Pública, dentre outros órgãos, sendo a cooperação um dos pilares para os resultados alcançados.

2.4. Indicadores

Quadro 02 – Indicador de Desempenho 1 - Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Unidade Jurisdicionada

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final***		
1	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na SR/DPF/PR (%)	31/12/2012	63,60	80	>80%	***82 %***
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Metodologia: Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais da Unidade Jurisdicionada no exercício de 2012 e o total de inquéritos policiais instaurados nessas unidades em 2012 (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Quanto maior o índice, melhor.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O índice de 82% alcançado no ano de 2012 não é o ideal. Refere-se à produção da SR/DPF/PR e unidades descentralizadas em 2012, ano em que foram instaurados 5.975 e relatados 4.871 IPL's. Considerando que a greve nacional dos Escrivães, Agentes e Papiloscopistas durou cerca de três meses, tal índice se explica. Assinale-se que o índice se contrapõe com os obtidos em 2011 (150%, 5.560 instaurados e 8.355 relatados) e 2010 (111%, 7.629 instaurados e 8.470 relatados).						

Fonte: COGER/DPF (dados extraídos do SINPRO e SISCART)
* Meta prevista ao final do PPA

Quadro 03 – Indicador de Desempenho 2 - Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de Inquéritos Policiais na Unidade Jurisdicionada

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final*		
1	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais na SR/DPF/PR (Portaria)	01/01/2012 a 31/12/2012	79	70	<70	**288 dias**

Fórmula de Cálculo do Índice:

Relação percentual entre o número de IPL's concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de IPL's instaurados (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Os números refletem o tempo MÉDIO, em dias, que as autoridades levaram para concluir os IPL's da unidade, desde a instauração até o relatório (excluem-se as cotas). Metodologia: O tempo para conclusão do IPL, em determinado ano, é a data do relatório subtraída da data da instauração, menos os períodos de movimentação externa.

Quanto menor o índice, melhor.

Exemplo: O IPL nº 555/2005 foi relatado em 05/05/2010. Foi instaurado em 05/05/2005. Teve 10 remessas à JF ou MPF, totalizando 500 dias fora do DPF. O tempo entre a instauração e o relatório foi de 1.826 dias (05/05/2010 - 05/05/2005) - 500 dias = 1.326 dias. Tempo para conclusão do IPL nº 555/2005: 1.326 dias.

Análise do Resultado Alcançado:

O tempo médio de conclusão de IPL's (instaurados por portaria) na SR/DPF/PR foi calculado (automaticamente pelo SISCART) em 288 dias úteis para os IPL's relatados em 2012. De seu turno, IPL's instaurados em razão de prisões em flagrante atingiram tempo médio de 63 dias.

Não havendo padrões de comparação, observa-se que manteve-se à média de 2011 (279 dias para IPL's/PORTARIA e 47 dias para IPL's/FLAGRANTE. Em 2010 os números eram 240 dias (portaria) e 66 dias (flagrante). Foi possível obter os dados da DPF/FIG/PR, segunda maior unidade do estado com características diferenciadas, vez que situa-se na tríplice fronteira. Em tal unidade o tempo médio de conclusão em 2012 foi de 336 dias para IPL's/PORTARIA e 83 dias para IPL's/FLAGRANTE.

Fonte: COGER/DPF
Ìndice de referência do período de 01/01/2006 a 31/12/2006
* Meta prevista ao final do PPA

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, previstos no item 2.4 da parte A do Anexo II à Decisão Normativa – TCU 119/2012, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que a despeito dos dois índices apresentados (prazo de conclusão de inquéritos policiais no DPF e taxa de conclusão de inquéritos policiais no DPF), está em processo de construção no DPF outros indicadores, de caráter institucional, que melhor retratam a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Para isso, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto **CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL (2010/2022).** Esse

documento foi a diretriz utilizada Pela Direção para a elaboração da proposta do Plano de Gerenciamento do Projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos do projeto. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados.

Ato contínuo, foi realizado reunião, em 11 de dezembro de 2012, entre servidores do DPF e da Secretaria de Planejamento de Gestão do Tribunal de Contas da União com o fim de buscar entendimento sobre o tema e, ainda, de formar uma agenda positiva para a realização dos trabalhos correlatos, com a orientação técnica daquele Tribunal. Essa reunião foi oficializada por meio do Ofício 861/2012-GAB/DG/DPF, de 14 de dezembro de 2012, do Diretor-Geral do DPF ao Exmo. Ministro Augusto Nardes, Presidente do TCU.

Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2013, indicadores de desempenho da gestão que se preste a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná tem em sua estrutura organizacional a **Corregedoria Regional da Polícia Federal – COR/SR/DPF/PR,** setor responsável, dentre outras atribuições, pelo acompanhamento e correção de eventuais falhas, verificadas na formalização de processos em trâmite na Superintendência, inclusive a guarda de materiais/produtos apreendidos e a custódia de pessoas. Não obstante isso, fica evidente a carência de um setor específico de controle interno, que preveja mecanismos de controle de forma ampla, para todos os setores/atividades desta Superintendência.

Quadro 04 – Avaliação do Sistema de Controle Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	**VALORES**				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			**X**		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			**X**		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					**X**
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					**X**
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			**X**		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				**X**	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				**X**	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			**X**		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		**X**			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		**X**			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		**X**			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		**X**			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		**X**			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					**X**
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**X**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			**X**		

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		**X**			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	**X**				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		**X**			
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				**X**	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				**X**	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			**X**		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			**X**		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			**X**		
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		**X**			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		**X**			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		**X**			
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação: **(1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**. **(3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**. **(5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.					

3.2. Sistema de Correição

NUCLEO DE CORREIÇÕES:

Unidade /Inquéritos analisados	Correições Ordinárias	Correições Parciais	Correições Extraordinárias
SR/DPF/PR	318	60	****
DPF/GRA/PR	****	1451	70
DPF/FIG/PR	****	32	60
DPF/MGA/PR	****	67	****
DPF/LDA/PR	****	****	****
DPF/PGZ/PR	****	****	****
DPF/PNG/PR	60	****	****
DPF/GPB/PR	****	****	****
DPF/CAC/PR	****	****	****
Total	**378**	**1610**	**130**

* As correições ordinárias foram canceladas em razão da greve nacional promovida pela FENAPEF, tendo sido executadas somente na SR/DPF/PR e DPF/PNG/PR.
** O Núcleo de Correições foi responsável por cerca de 250 manifestações/pareceres em 2012.

NÚCLEO DE DISCIPLINA:

Tipo/quantidade	SR	Descentralizadas
PAD instaurados	16	07
Sindicância Investigativas instauradas	08	20
Sindicância Acusatória Instauradas	00	00
Outros Expedientes de Nat. Disciplinar	15	03
Total	**39**	**30**

Descentralizadas: Delegacias de Foz do Iguaçu, Guaíra, Londrina, Maringá, Cascavel, Guarapuava, Ponta Grossa e Paranaguá.

3.3. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O órgão de correições desta Unidade Jurisdicionada tem observado o disposto nos Artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24/07/2007.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Relação dos programas do Plano Plurianual

4.1.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

Os quadros deste subitem (A.4.1 a A.4.5) não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada, visto que os programas constantes no PPA não são de responsabilidade e, tampouco, gerenciados por esta Unidade. Em princípio, as informações pertinentes deverão ser informadas no Relatório de Gestão do Departamento de Polícia Federal.

4.2. Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual

4.2.1. Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, de Responsabilidade da UJ.

O quadro deste subitem (A.4.6) não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, visto que esta Unidade não é responsável pela gestão, acompanhamento e coordenação das ações constantes na LOA. Em princípio, as informações pertinentes deverão ser informadas no Relatório de Gestão do Departamento de Polícia Federal.

4.3. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.3.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

O quadro deste subitem (A.4.7) não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, visto que esta Unidade não figurar no PPA ou na LOA.

4.3.2. Programação orçamentária das despesas

O **Quadros A.4.8, A.4.9 e A.4.10**, denominados, respectivamente, **Programação de Despesas Correntes, Programação de Despesas de Capital e Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência,** não se aplicam a esta Unidade, uma vez que a Superintendência Regional do DPF no Paraná não consta na LOA, recebendo créditos orçamentários por descentralização da Coordenação de Orçamento e Finanças - COF/DLOG/DPF, motivo pelo qual, cremos, a informação constará do Relatório de Gestão do Departamento de Polícia Federal.

4.3.3. Movimentação de créditos interna e externa

Quadro 05 - A.4.11 – Movimentação Orçamentária por grupo de Despesas

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Superintendência Regional no Paraná – UG's 200364/200365) Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Conce-dente	Recebe-dora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encar-gos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	200336	200364	3010806122211220TP	21.840,00		
		200336	200364	301080927200890181	29.377,00		
		200336	200364	301010612221122000			6.841,00
		200336	200364	3010106181207014LI			6.000,00
		200336	200364	301080612221122000			9.326.539,00
		200336	200364	301080630121122000			1.344,00
		200336	200364	301080630621122012			1.493,00
		200336	200364	301080636521122010			376,00
		200337	200365	309090612821124572			80.678,00
		200337	200365	3090906181066214M4			401.580,00
		200337	200365	309090618120702726			2.372.922,00
		200337	200365	309090618120704679			614,00
		200337	200365	309090642120702720			376.132,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Conce dente	Recebe dora		4 – Investi-mentos	5 – Inver-sões Finan-ceiras	6 – Amortiza-ção da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	200336	200364	301080612221122000	163.942,00		
		200337	200365	309090618120702586	99.254,00		
		200337	200365	309090618120708979	15.985,00		
		200337	200365	309090642120702720	5.457,00		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu – UG's 200366/200367)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Conce dente	Recebe dora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	200336	200366	301010612221122000			10.307,75
		200336	200366	3010103181207014LI0			50.000,00
		200336	200366	301080612221122000			12.076.125,23
		200337	200367	309090612520702679			544.973,63
		200337	200367	309090612821124572			3.500,00
		20037	200367	3090906181066214M4			437.028,12
		200367	200367	.309090618120702726			2.025.790,12
		200367	200367	.309090642120702720			202.951,48
		200337	200367	3090906181207020IC			4.932,40

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financei-ras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	200336	200366	301080612221122000	106.371,26		
		200337	200367	3090906181066214M4	56.700,00		
		200337	200367	3090906181207020IC	6.015.839,45		
		200337	200367	309090618120702726	7.832,74		
		200337	200367	309090642120702720	13.744,99		
		200337	200367	309090618120708980	650.000,00		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Delegacia de Polícia Federal em Londrina – UG's 200368/200369) Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	200336	200368	301080927200890181	5.932,22		
		200336	200368	301010612221122000			7.690,11
		200336	200368	301080612221122000			2.292.621,51
		200337	200369	309090612520702679			5.000,00
		200337	200369	3090906181066214M4			112.828,12
		200337	200369	309090618120702726			631.322,94
		200337	200369	309090642120702720			48.254,83
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inver--sões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	200336	200368	301080612221122000	36.918,90		
		200337	200369	309090642120702720	3.486,00		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI

Quadro 06 - A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação (Superintendência Regional no Paraná – UG's 200364-200365) Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**6.907.025,00**	**16.724.783,00**	**6.855.441,00**	**6.565.880,00**
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	6.907.025,00	16.724.783,00	6.855.441,00	6.565.880,00
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	**1.106.161,00**	**3.823.919,00**	**1.106.161,00**	**917.932,00**
g) Dispensa	885.461,00	1.101.543,00	885.461,00	842.201,00
h) Inexigibilidade	220.700,00	2.722.376,00	220.700,00	75.731,00
3. Regime de Execução Especial	**360.672,00**	**426.401,00**	**360.672,00**	**426.401,00**
i) Suprimento de Fundos	360.672,00	426.401,00	360.672,00	426.401,00
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	**3.024.911,00**	**1.443.346,00**	**3.024.911,00**	**1.443.346,00**
j) Pagamento em Folha	50.725,00		50.725,00	
k) Diárias	2.974.186,00	1.443.346,00	2.974.186,00	1.443.346,00
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	**11.398.769,00**	**22.418.449,00**	**11.347.185,00**	**9.353.559,00**

Fonte: SIAFI

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação (Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu – UG's 200366/200367) Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**7.658.567,07**	**16.724.783,20**	**7.533.386,19**	**6.565.880,98**
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	89.619,83		89.619,83	
d) Pregão	7.568.947,24	16.724.783,20	7.443.766,36	6.565.880,98
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	**1.042.010,07**	**3.823.920,17**	**1.032.690,36**	**917.933,13**
g) Dispensa	887.970,06	1.101.543,36	879.911,69	842.201,19
h) Inexigibilidade	154.040,01	2.722.376,81	152.778,67	75.731,94
3. Regime de Execução Especial	**326.775,67**	**426.401,12**	**326,775,67**	**426.401,12**
i) Suprimento de Fundos	326.775,67	426.401,12	326,775,67	426.401,12

4. Pagamento de Pessoal (j+k)	**2.324.062,49**	**1.443.346,97**	**2.319.222,76**	**1.443.346,97**
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias	2.324.062,49	1.443.346,97	2.319.222,76	1.443.346,97
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	**11.351.415,30**	**22.418.451,46**	**11.212.074,98**	**9.353.562,20**

Fonte: SIAFI

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação (Delegacia de Polícia Federal em Londrina – UG's 200368/200369) Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**1.738.678,56**	**1.679.232,43**	**1.594.303,36**	**1.679.232,43**
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	1.738.678,56	1.679.232,43	1.594.303,36	1.679.232,43
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	**445.195,58**	**418.913,89**	**436.833,67**	**418.913,89**
g) Dispensa	410.522,48	391.361,73	410.522,48	391.361,73
h) Inexigibilidade	34.673,10	27.552,16	26.311,19	27.552,16
3. Regime de Execução Especial	**67.930,12**	**61.882,16**	**67.930,12**	**61.882,16**
i) Suprimento de Fundos	67.930,12	61.882,16	67.930,12	61.882,16
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	**702.633,49**	**432.060,71**	**702.402,63**	**432.060,71**
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias	702.633,49	432.060,71	702.402,63	432.060,71
5. Outros	**183.625,41**	**257.754,80**	**182.227,97**	**257.754,80**
6. Total (1+2+3+4+5)	**3.138.063,16**	**2.849.843,99**	**2.983.697,75**	**2.849.843,99**

Fonte: SIAFI

Quadro 07 - A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa –Crédito de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação (Superintendência Regional no Paraná – UG's 200364/200365) Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1 – Despesas de Pessoal								
ED/ANO	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
319008	50.725,00		50.725,00				50.725,00	
319092	492,00		492,00				492,00	
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º E.D.	-	-	-	-	-	-	-	-

3 – Outras Despesas Correntes								
339014	2.974.186,00	2.215.723,00	2.974.186,00	2.215.723,00			2.974.186,00	2.215.723,00
339030	1.173.038,00	1.355.385,00	959.232,00	1.185.417,00	213.804,00	169.968,00	959.232,00	1.185.417,00
339033	387.966,00	246.325,00	378.479,00	210.314,00	9.487,00	36.011,00	378.479,00	210.314,00
339036	240.235,00	155.444,00	222.305,00	144.875,00	17.929,00	10.568,00	222.305,00	144.875,00
339037	4.736.371,00	2.510.779,00	4.280.561,00	2.234.030,00	455.809,00	276.749,00	4.228.977,00	2.216.103,00
339039	2.904.523,00	4.667.497,00	2.459.572,00	3.828.885,00	444.951,00	838.612,00	2.459.572,00	3.788.088,00
339047	18.222,00	11.515,00	18.222,00	11.515,00			18.222,00	11.515,00
339092	10.614,00		10.614,00				10.614,00	
339093	138.575,00	259.610,00	138.575,00	259.610,00			138.575,00	259.610,00
339139	22.000,00	12.000,00	1.140,00	1.366,00	20.860,00	10.633,00	1.140,00	1.366,00
339147	3.949,00	1.975,00	3.949,00	1.975,00			3.949,00	1.975,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4 – Investimentos								
ED/ANO	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
449051	15.985,00		4.585,00		11.400,00		4.585,00	
449052	268.088,00	315.482,00	151.357,00	256.311,00	116.731,00	59.170,00	151.357,00	256.311,00
449093	566,00		566,00				566,00	
5 – Inversões Financeiras								
1º E.D.	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida								
1º E.D.	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação (Delegacia de Policia Federal em Foz do Iguaçu – UG's 200366/200367)

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1 – Despesas de Pessoal								
ED/ANO	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º E.D.	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
335039		12.341,61		12.341,61				12.341,61
339014	2.241.151,99	1.443.346,97	2.241.151,99	1.443.346,97			2.319.224,76	1.443.346,97
339030	2.573.897,98	6.170.687,70	1.066.759,48	925.972,12	1.507.138,50	5.244.715,58	1.060.024,88	920.335,99
339033	256.613,63	151.168,24	205.260,33	82.237,81	51.353,30	68.930,43	172.440,83	82.237,81
339036	165.428,60	157.537,23	130.469,78	133.790,09	34.958,82	23.747,14	130.469,78	133.790,09
339037	6.159.990,06	5.993.900,81	5.223.857,08	4.909.673,73	5.170.350,30	1.074.227,08	936.132,98	4.919.673,73
339039	3.684.764,13	2.157.454,85	2.104.271,04	1.658.995,24	1.580.493,09	498.459,61	2.094.950,72	1.583.858,41
339047	10.000,00	10.000,00	4.999,99	2.807,30	5.000,01	7.192,70	4.999,99	2.807,30
339092	7.952,13	16.016,29	6.352,13	1.616,29	1.600,00		6.352,13	1.616,29
339093	132.214,41	207.073,43	131.614,41	204.088,97	131.614,41	2.984,46	600,00	204.088,97
339130	5.250,00				5.250,00			
339139	3.000,00	2.400,00	247,87	400,00	2.752,13	2.000,00	247,87	400,00
339147	900,00	1.000,00	900,00	1.000,00			900,00	1.000,00

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4 – Investimentos								
ED/ANO	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
449051	3.340.426,45	2.990.753,60	119.184,78		3.221.241,67	2.990.753,60	119.184,78	
449052	3.510.061,99	5.968.014,58	184.648,99	207.413,95	3.325.413,00	5.760.590,63	152.528,99	207.423,95
5 – Inversões Financeiras								
1º E.D.	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida								
1º E.D.	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação (Delegacia de Polícia Federal em Londrina – UG's (200368/200369) Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1 – Despesas de Pessoal								
ED/ANO	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
3190083	5.932,22	2.882,15	5.932,22	2.882,15			5.932,22	2.882,15
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º E.D.	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
339014	702.633,49	432.060,71	702.633,49	432.060,71			702.395,63	432.060,71
339030	163.524,45	122.643,79	153.459,42	122.643,79	10.065,03		137.814,59	122.643,79
339033	95.739,98	56.053,14	95.739,98	56.053,14		16.097,76	80.259,83	39.955,38
339036	20.169,26	5.924,00	20.169,26	5.924,00			20.169,26	5.924,00
339037	1.314.912,76	1.182.233,84	1.229.830,02	1.182.233,84	85.082,74		1.229.830,02	1.182.233,84
339039	641.917,63	627.011,59	568.549,57	620.022,79	73.368,06	47.568,85	543.244,60	579.442,74
339047	12.277,20	3.901,55	12.277,20	3.901,55			10.879,76	3.901,55
339092	30.439,63		30.439,63				30.439,63	
339093	111.594,66	240.161,56	111.594,66	240.161,56			111.594,66	240.161,56
339139	3.500,00	2.666,00	2.950,80	2.666,00	549,20	236,40	2.950,80	2.429,60
339147	949,20		949,20				949,20	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4 – Investimentos								
ED/ANO	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
449052	40.404,90	102.716,00	19.379,00	102.716,00	21.025,90	10.722,00	19.379,00	91.994,00
5 – Inversões Financeiras								
1º E.D.	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida								
1º E.D.	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Em consultas as contas indicadas, não há saldos em 31/12/2011 e 31/12/2012, motivo pelo qual deixa de constar o quadro A.5.1.

5.2. Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Quadro 08 - A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (Superintendência Regional no Paraná – UG's 200364/200365) Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	R$ 1.480.886,00	R$ 588.917,00	R$ 860.063,00	R$ 31.906,00
2010	R$ 1.631,00	R$ 8.816,00	R$ 485,00	
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	R$ 58.723,17		R$ 58.723,00	
2010	R$ 600,00			R$ 600,00
2009	R$ 500,00			R$ 500,00

Fonte: SIAFI

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu – UG's 200366/200367) Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011		R$ 75.136,86		
2010	91737,41	R$ 5.918,65	R$ 85.818,76	
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	R$ 16.084.602,09	R$ 238.685,93	R$ 11.939.937,71	R$ 3.965.168,45
2010	R$ 794.121,58	R$ 59.190,00	R$ 734.931,58	

Fonte: SIAFI

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (Delegacia de Polícia Federal em Londrina – UG's 200368/200369) Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	R$ 74.625,01	R$ 61.091,57	R$ 13.533,44	R$ 0,00
2010	R$ 39.593,02	R$ 27.189,02	R$ 12.404,00	R$ 0,00
2009	R$ 292.690,27	R$ 22.111,68	R$ 270.578,59	R$ 0,00

Fonte: SIAFI

5.3. Informações sobre transferências, vigentes no exercício de 2012.

Os Quadros A.5.3. a A.5.7 deixam de constar no presente relatório, uma vez que não houve instrumentos de transferências vigentes em 2012, não há instrumento vigente até a presente data, bem como, não há previsão de vigência futura.

5.4. Informações sobre Suprimento de Fundos

Deixa-se de prestar as informações pertinentes aos Suprimentos de Fundos (Quadros A.5.8 a A.5.12), em atenção à Mensagem Oficial Circular de nº 02/2013, de 22/01/2013, uma vez que essas informações são classificadas como SIGILOSAS.

5.5. Renúncia Tributária.

Este item não se aplica à realidade desta Unidade Jurisdicionada.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1. Informações sobre a estrutura de pessoal da Unidade.

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade

Deixa-se de prestar as informações pertinentes ao quadro A.6.1, em atenção a orientação da ACI/DG/DPF, uma vez que essas informações são classificadas como SIGILOSAS.

Quadro 09 - A.6.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**4**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	4
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**22**
3.1. De Oficio, no Interesse da Administração	9
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	9
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	3
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	**16**
4.1. Doença em Pessoa da Família	1
4.2. Capacitação	15
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**1**
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	**45**

Fonte: SRH/SR/DPF/PR

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 10 - A.6.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	4	4	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	4	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	4	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	38	31	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	38	31		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	42	35	0	0

Fonte: SRH/SR/DPF/PR

Deixa-se de prestar as informações pertinentes ao quadro A.6.4, em atenção a orientação da ACI/DG/DPF, uma vez que essas informações são classificadas como SIGILOSAS.

Quadro 11 - A.6.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade
Situação apurada em 31/12

Graduação	Efetivo por nível de Escolaridade
Nível Médio	**11%**
Nível Superior	**89%**
Especialização	**0%**
Mestrado	**0%**
Doutorado	**0%**
TOTAL	**100%**

Fonte: SRH/SR/DPF/PR

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal

Quadro 12 - A.6.6 – Quadro de custos de pessoal

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores Valores em R$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	93.339.786,81	-	13.255.316,32	3.574.321,21	-	4.152,065,16	-	18.784,85	48.156,54	110.236.365,73
	2011	95.703.570,66	-	13.442.735,14	3.745.559,09	-	4.179.006,67	-	-	79.868,20	117.150.739,76
	2010	94.817.864,36	-	13.581.076,83	3.869.181,69	-	3.243.753,82	-	103.676,09	55.713,16	115.671.265,95
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	554.556,74	-	71.428,06	11.576,14	-	16.321,00	-	-	-	653.881,94
	2011	382.310,80	-	55.274,15	13.940,09	-	6.080,00	-	-	-	457.605,04
	2010	431.751,16	-	59.036,82	9.792,49	-	9.078,00	-	-	-	509.658,47
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	890.668,82	-	198.038,18	34.985,46	-	23.552,00	-	-	722,25	1.147.966,71
	2011	914.712,24	-	181.916,84	39.883,15	-	23.486,00	-	-	2.849,65	1.162.847,88
	2010	973.762,10	-	215.724,21	35.334,01	-	15.413,00	-	1.268,09	-	1.241.501,41
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	5.495.415,65	-	888.744,02	286.162,24	-	167.329,99	-	83,04	3.294,64	6.841.029,58
	2011	5.415.066,74	-	703.427,64	194.444,57	-	170.700,57	-	-	7.565,32	6.491.204,84
	2010	5.839.240,61	-	978.906,69	247.290,22	-	140.007,34	-	1.685,65	4.554,44	7.211.684,95

Fonte: SIAPE

6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro 13 - A.6.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	274	11
1.1 Voluntária	256	11
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	18	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	20	0
2.1 Voluntária	10	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	10	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	294	11

Fonte: SRH/SR/DPF/PR

Deixa-se de prestar as informações pertinentes ao quadro A.6.8, em atenção a orientação da ACI/DG/DPF, uma vez que essas informações serão consolidadas no Relatório de Gestão do Órgão Central.

6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não foram constatadas, no âmbito desta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná, a acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Como informado no item anterior, não foram constatadas e, portanto, não houve necessidade de tomada de providências.

6.1.7. Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Deixa-se de prestar as informações pertinentes aos quadros A.6.9 a A.6.13, em atenção a orientação da ACI/DG/DPF, uma vez que essas informações serão consolidadas no Relatório de Gestão do Órgão Central

6.1.8. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

No decorrer do ano de 2012, **não** foi instaurado, pela Corregedoria, nenhum Procedimento Especial de Acidente em Serviço na SR/DPF/PR e Descentralizadas, não havendo, nenhum procedimento aguardando homologação junto à CRH/DGP/DPF.

6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Em atendimento ao item 9.1.3 do Acórdão 1.449/12 – TCU Plenário, que determina a inclusão de item específico nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016 versando sobre as providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório (consoante as disposições do Decreto 2271/97 e as determinações descritas nos subitens 9.1.1 do citado Acórdão, abaixo transcrito), informa-se que a Direção-Geral do DPF expediu ao Tribunal de Contas da União o Ofício 885/2012-GAB/DG/DPF, de 20 de dezembro de 2012, que encaminhou o Plano de Ação, no qual constam informações quanto às ações, aos prazos e aos responsáveis pelas medidas necessárias ao cumprimento do disposto na decisão do egrégio Tribunal.

> "9.1.1 elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, plano de ação para regularizar a terceirização de serviços relacionados diretamente ao controle migratório, de modo a substituir, gradualmente e sem prejuízo à continuidade do serviço, os terceirizados que executam tarefas típicas de controle migratório por servidores do seu quadro permanente, porquanto se trata de atividade tipicamente finalística desse órgão, cuja terceirização é vedada nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2271/97; (...)"

Em atendimento ao constante do item 9.1.2 do referido acórdão, informar-se que durante o exercício de 2012 foi observado nível mínimo de supervisão dos terceirizados nos serviços de controle migratório, por esta Unidade Jurisdicionada, conforme a proporção indicada pela Coordenação-Geral de Polícia de Imigração – CGPI

6.2.1. Informações de Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos

As informações relativas ao quadro A.6.14 não se aplicam ao Departamento de Polícia Federal, motivo pelo qual deixa de constar no presente relatório.

6.2.2. Informações sobre Substituição de Terceirizados com realização de concurso público

Não houve, em 2012, autorização para realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de funcionários terceirizados no âmbito do Departamento de Polícia Federal, motivo pelo deixa-se de preencher o Quadro A.6.15.

6.2.3. Autorizações Expedidas pelo MPMOG para realização de Concurso Público

Igualmente ao subitem anterior, não houve, em 2012, autorização para realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de funcionários terceirizados no âmbito do Departamento de Polícia Federal, motivo pelo deixa-se de preencher o Quadro A.6.16.

6.2.4. Informações sobre contratação Serviços de Limpeza/Higiene e Vigilância

Quadro 14 - A.6.17 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome:Superintendência Regional no Paraná														
UG/Gestão: 200364/00001													**CNPJ: 00.394.494/0032-32**	
Informações sobre os Contratos														
Ano do Ctto	**Área**	**Natu reza**	**Identi-ficação do Ctto**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2008	L	O	07/2008	06.888.200/0001-80	01/02/2008	31/07/2013	29	29					P
2010	L	O	07/2010	09.201.726/0001-67	24/05/2010	24/05/2013	11	11					P
2010	V	O	14/2010	09.039.434/0001-70	01/01/2011	30/04/2014			42	42			P
Observações:														
LEGENDA **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: GESCON/SR/DPF/PR

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR - DPF/FIG/PR														
UG/Gestão: 200366/00001													**CNPJ: 00.394.494/0077-34**	
Informações sobre os Contratos														
Ano do Ctto	**Área**	**Natu reza**	**Identi-ficação do Ctto**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2008	V	O	28/2008	09.039.434/0001-70	01/03/2009	28/02/2012			48	48			E
2012	V	O	02/2012	11.933.418/0001-78	29/02/2012	28/10/2013			20	20			A
2012	V	O	03/2012	06.297.793/0001-39	29/02/2012	28/10/2013			20	20			A

2010	L	O	20/2010	07.192.414/0001-09	01/01/2011	31/12/2013	21	21					P
2010	L	O	21/2010	07.228.643/0001-36	01/01/2011	31/12/2013	2	2					P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: GESCON/DPF/FIG/PR

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante	
Nome: Delegacia de Polícia Federal em Londrina	
UG/Gestão: 200368/00001	**CNPJ: 00.394.494/0094-35**

Informações sobre os Contratos

Ano do Ctto	Área	Nature za	Identi-ficação do Ctto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	03/2008	07228643000136	16/06/2008	15/06/2013	7	7					P
2011	V	O	01/2011	11933418000178	01/07/2011	30/06/2016			4	4			A
2008	L	O	04/2008	73281404000174	16/06/2008	15/06/2013	7	7					P
2008	V	O	05/2008	08282615000160	15/08/2008	14/08/2013			4	4			P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: GESCON/DPF/LDA/PR

6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos

Quadro 15 - A.6.18 – Contratos de Prestação de Serviços com locação de mão de obra

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante	
Nome: Superintendência Regional do DPF no Paraná	
UG/Gestão: 200364/00001	**CNPJ: 00.394.494/0032-32**

Informações sobre os Contratos													
Ano do Ctto	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contto**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2008	3	O	05/2008	06.888.200/0001-80	01/01/2008	31/12/2013			7	7			P
2008	4	O	07/2008	06.888.200/0001-80	01/02/2008	31/07/2013			3	3			P
2007	5	O	14/2007	06.888.200/0001-80	01/08/2007	16/11/2012			28	28			E
2007	7	O	14/2007	06.888.200/0001-80	01/08/2007	16/11/2012			2	2			E
2012	5	O	10/2012	07.188.842/0001-68	19/11/2012	18/07/2014			32	32			A
2011	9	O	02/2011	12.229.984/0001-66	01/06/2011	30/09/2014			3	3			P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: GESCON/SR/DPF/PR

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR - DPF/FIG/PR													
UG/Gestão: 200366/00001									**CNPJ: 00.394.494/0077-34**				
Informações sobre os Contratos													
Ano do Ctto	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contto**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2010	5	O	27/2010	06.888.220/0001-80	03/01/2011	02/09/2012			5	5			E
2010	12	O	17/2010	07.592.889/0001-92	28/06/2010	27/06/2013			2	2			P
2010	12	O	13/2010	07.592.889/0001-92	01/04/2010	31/03/2013			2	2			P
2011	7	O	08/2011	01.048.117/0001-08	01/01/2012	01/08/2013	2	2					A
2010	5	O	19/2010	07.288.643/0001-36	01/12/2010	30/11/2013			40	40			P
2010	5	O	26/2010	07.288.643/0001-36	01/01/2011	31/12/2013			7	7			P
2010	12	O	24/2010	07.288.643/0001-36	01/01/2011	31/12/2013			2	2			P
2010	9	O	23/2010	08.431.911/0001-85	01/01/2011	31/12/2013	5	5	1	1			P
2010	3	O	22/2010	79.283.065/0003-03	01/01/2011	31/12/2013			2	2	2	2	P

2010	5/12	O	12/2010	04.314.669/0001-09	01/04/2010	31/03/2013	2	2	25	25			P
2012	5	O	08/2012	10.328.740/0001-05	17/09/2012	16/05/2014			5	5			A

Observações: * Contratos com serviços prestados, também, na DPF/GRA/PR.

LEGENDA

Área:

13. Segurança;
14. Transportes;
15. Informática;
16. Copeiragem;
17. Recepção;
18. Reprografia;
19. Telecomunicações;
20. Manutenção de bens móvies
21. Manutenção de bens imóveis
22. Brigadistas
23. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
24. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: GESCON/DPF/FIG/PR

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante	
Nome: Delegacia de Polícia Federal em Londrina/PR - DPF/LDA/PR	
UG/Gestão: 200368/00001	**CNPJ: 00.394.494/0094-35**

Informações sobre os Contratos

Ano do Ctto	Área	Natureza	Identificação do Contto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	05/2010	06.888.220/0001-80	01/09/2007	31/08/2012			7	7			E
2010	12	O	01/2010	06.888.220/0001-80	01/01/2008	31/12/2012			2	2			E
2009	5	O	01/2009	06.888.220/0001-80	01/02/2009	31/01/2014			14	3		11	P
2012	12	O	04/2012	10.328.740/0001-50	01/10/2012	30/09/2017			7	4		3	A

Observações:.

LEGENDA

Área:

25. Segurança;
26. Transportes;
27. Informática;
28. Copeiragem;
29. Recepção;
30. Reprografia;
31. Telecomunicações;
32. Manutenção de bens móvies
33. Manutenção de bens imóveis
34. Brigadistas
35. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
36. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: GESCON/DPF/LDA/PR

6.2.6. Composição do Quadro de Estagiácios

Quadro 16 - A.6.19 – Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS (CONSOLIDADOS OS DADOS DAS UNIDADES GESTORAS DO PARANÁ)

Nível de escolaridade	**Quantitativo de contratos de estágio vigentes**				**Despesa no exercício** (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	**2º Trimestre**	**3º Trimestre**	**4º Trimestre**	
1. Nível superior	78	83	82	82	R$ 604.052,98
1.1. Área Fim					
1.2. Área Meio	78	83	82	82	R$ 604.052,98
2. Nível Médio					
2.1. Área Fim					
2.2. Área Meio					
3. Total (1+2)	78	83	82	82	R$ 604.052,98

Fonte: SRH/SR/DPF/PR e ACI/DG/DPF

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios

A frota de veículos desta Superintendência é utilizada segundo as normas internas e gerenciada por controles específicos, em contrato mantido por esta Administração.

A frota de veículos é própria, não possuindo esta Administração contratos de terceirização. Também, em alguns casos, são utilizados veículos apreendidos – não pertencentes ao patrimônio da Unidade, quando cedido (o uso) por autorização judicial.

Cabe destacar que demais informações inerentes à frota são resguardadas por sigilo, conforme orientação exarada pela ACI/DG/DPF, nos termos da Instrução Normativa 069/2012-DG/DPF.

7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Quadro 17 - A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		**QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ**	
		EXERCÍCIO 2012	**EXERCÍCIO 2011**
BRASIL	**UF 1 - PARANÁ**		
	CURITIBA	**2**	**2**
	PARANAGUÁ	**4**	**4**
	PONTA GROSSA		
	GUARAPUAVA		
	CASCAVEL	**2**	**2**
	FOZ DO IGUAÇU	**2**	**2**
	GUAÍRA	**1**	**1**
	LONDRINA	**2**	**1**
	MARINGÁ	**1**	**1**
Subtotal Brasil			
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**0**	**0**
	cidade 1	**0**	**0**
Subtotal Exterior		**0**	**0**
Total (Brasil + Exterior)			

Fonte: NAD/DPF/FIG/PR – NAD/SR/DPF/PR – NAD/DPF/LDA/PR

Quadro 18 - A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Móveis de Uso Especial Locados de Terceiros

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		**QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ**	
		EXERCÍCIO 2012	**EXERCÍCIO 2011**
BRASIL	**UF 1 - PARANÁ**	**Σ**	**Σ**
	CURITIBA		
	PARANAGUÁ		
	PONTA GROSSA	**1**	**1**
	GUARAPUAVA		

	CASCAVEL	**1**	**0**
	FOZ DO IGUAÇU	**0**	**0**
	GUAÍRA	**3**	**3**
	LONDRINA		
	MARINGÁ		
Subtotal Brasil			
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**0**	**0**
	cidade 1	**0**	**0**
Subtotal Exterior		**0**	**0**
Total (Brasil + Exterior)			
Fonte: NAD/DPF/FIG/PR – NAD/SR/DPF/PR – NAD/DPF/LDA/PR			

Quadro 19 - A.7.3 – Distribuição Espacial dos Bens Móveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conser-vação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avalia-ção	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200366	756300866.500-0	15	1		24/05//2012	6.359.801,55	-	-
200366	756300780.500-2	15	2		24/05/2012	18.047.859,36	400.000,00	1.000.000,00
200366	757100015.500-3	15	2		17/05/2012	577.145,85	-	100.000,00
200364	749300066.500-6	13	4			670.890,72		
200364	749300093.500-3	13	Terreno			5.753.398,32		
200364	753500375.500-5	13	4			441.771,58		
200364	753500405.500-7	13	3			2.362.802,91		
200364	753500424.500-0	Guarda Provisória	1			24.460.927,66		
200364	774500111.500-9	13	5			3.261.510,09		
200364	774500140.500-7	5	Terreno			107.442,52		
200364	774500171.500-6	4	Terreno			737.652,19		
200364	774500179.500-0	13	Terreno			110.893,40		
200368	766700096.500-3	21	3	2.525.960,04	28/07/2006	2.525.960,04		
200368	766700109.500-2	21	3	909.601,11	10/10/2012	909.601,11		
200368		12	3	1.431.026,77	28/07/2006	1.431.026,77		5.400,00
Total								
Fonte: NAD/SR/DPF/PR, NAD/DPF/FIG/PR e NAD/DPF/LDA/PR								

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Quadro 20 - A.8.1. – Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

		Quesitos a serem avaliados
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:		
X		Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
		monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X		Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
		aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
		aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X		Designou formalmente um comitê de TI para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X		Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X		Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:		
X		Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X		Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X		Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X		Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
		Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
		Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia
X		Os indicadores e metas de TI são monitorados.
		Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
		Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:		
X		Auditoria de governança de TI.
		Auditoria de sistemas de informação.
		Auditoria de segurança da informação.
		Auditoria de contratos de TI.
		Auditoria de dados.
		Outra(s). Qual(is)? _____
		Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:		
		A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X		A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X		A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.

	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na *internet* para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, *hardware*, *software* e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: *utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre*	
(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de *software* definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
O Plano Estratégico da Polícia Federal não contempla indicadores e metas. Porém, está em execução o Projeto "Construção de Indicadores de Desempenho do Plano Estratégico da Polícia Federal (2010-2022)", cujo objetivo é o desenvolvimento e a implantação de técnicas para monitoramento do alcance dos objetivos institucionais.	

9. GESTÃO DO USO RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 21 - A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				**X**	
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Uso de material Reciclado, produtos não tóxicos, etc				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				**X**	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				**X**	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			**X**		
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				**X**	
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Redução consumo				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	**Papel**				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			**X**		
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	**Sim ( )**			**Não ( )**	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			**X**		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				**X**	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			**X**		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				**X**	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Comunicações oficiais				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
	na INTRANET				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			**X**		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 22 - A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF NO PARANÁ (UG'S 200364/200365) Valores em R$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			**Ano de Adesão**	**Resultados**		
Redução de consumo			2011-2012	Redução efetiva		
Recurso Consumido	**Quantidade**			**Valor**		
	Exercícios					
	2012	**2011**	**2010**	**2012**	**2011**	**2010**
Papel	3.086	2.636	2.751	25.301,13	22.907,71	24.373,86
Água	6500m3	6.366m3	7.348m3	56.743,67	50.505,08	65.683,67
Energia Elétrica	1487.357kw/hh	1278.690kw/hh	1547.682kw/h	616.466,77	554.738,27	606.283,10
			Total	673.210,44	605.243,35	671.966,77

Fonte: NAD-GESCON-NEOF/SR/DPF/PR

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – DELEGACIA DE FOZ DO IGUAÇU/PR (UG'S 200366/200367) Valores em R$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			**Ano de Adesão**	**Resultados**		
Recurso Consumido	**Quantidade**			**Valor**		
	Exercícios					
	2012	**2011**	**2010**	**2012**	**2011**	**2010**
Papel	1.956 resmas			R$ 15.882,72		
Água	17.246m3			R$ 254.738,28		
Energia Elétrica	1387.908kw/hh			R$ 588.081,37		
			Total	R$ 858.702,37		

Fonte: NAD/DPF/FIG/PR

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água – Delegacia de Polícia Federal em Londrina (Ug's 200368/200369)

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	**Ano de Adesão**	**Resultados**
Coleta Seletiva	2008	Satisfatórios

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	**2011**	**2010**	**2012**	**2011**	**2010**
Papel	960	720	1000	7.747,20	6.444,00	9.000,00
Água	3417	3435	2990	23.961,40	20.484,27	13.607,80
Energia Elétrica	409.026kw/h	370.891kw/h	380.613kw/h	186.884,32	190.891,91	178.097,85
			Total	218.592,92	217.820,18	200.705,65

Fonte: NAD/DPF/LDA/PR

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve deliberações (determinações, recomendações, etc) do Tribunal de Contas da União, no exercício de 2012, especificamente para esta Unidade Jurisdicionada, motivo pelo qual deixa de constar no presente relatório os Quadros A.10.1 e A.10.2.

10.2. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

Quadro 23 - A.10.5 – Demonstração do cumprimento, por autoridades e Servidores da obrigação de entregar Declaração de Bens e Rendimentos.

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	**0**
	Entregaram a DBR	0	0	**0**
	Não cumpriram a obrigação	0	0	**0**
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	**0**
	Entregaram a DBR	0	0	**0**
	Não cumpriram a obrigação	0	0	**0**
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	35	0	0
	Entregaram a DBR	35	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte:

10.3. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Os dados dos contratos e convênios encontram-se cadastrados nos sistemas SIASG e SICONV, conforme se depreende das Declarações dos Gestores, constantes no Anexo I, deste Relatório.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Esta Unidade tem tomado providências para implementação dos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial ao que concerne à Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos, seguindo as orientações da Setorial Contábil, aplicadas a cada caso. Cabe salientar que encontramos dificuldades na implementação de algumas rotinas, principalmente face problemas em sistema próprio de controle de bens permanentes, já relatadas às instâncias superiores.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Segue, como Anexo II a este Relatório de Gestão, as Declarações dos Contadores das Unidades Gestoras vinculadas à Unidade Jurisdicionada.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Como já explanado neste Relatório, para cumprir os objetivos propostos no presente exercício foram realizadas diversas operações policiais, bem como, foram realizados diversos eventos de valorização e capacitação dos servidores.

Mesmo diante de dificuldades impostas em âmbito federal, a exemplo dos movimentos paredistas ocorridos em 2012, as providências implementadas por esta Administração possibilitaram a continuidade das ações, minimizando, portanto, o impacto do corte orçamentário.

Destaque-se que se busca incessantemente a melhoria dos resultados das operações realizadas e, nesse contexto, fortalecemos a integração de outros órgãos, a exemplo da Controladoria Geral da União – CGU/PR, Receita Federal, Banco Central, IBAMA, INSS, Ministério do Trabalho e Tribunal de Contas da União – em âmbito federal; Secretaria de Segurança Pública – Polícia Civil e Polícia Militar - no âmbito do executivo estadual e Guardas Municipais - na esfera municipal, dentre outros.

Não se pode esquecer de ações de combate aos delitos ambientais, que sempre contam com a valorosa e inestimável contribuição de diversas instituições, como o IBAMA, o IAP e Secretaria de Segurança Pública.

Igualmente, ações de combate à corrupção – mormente as relacionadas à gestão de recursos públicos federais, tiveram e têm êxito em função da participação efetiva da Controladoria Geral da União e da Receita Federal do Brasil.

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade direta, atividades finalísticas descritas no PPA, bem como executa atividades de apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, descritas no mesmo Plano Plurianual.

No que concerne a esta Superintendência, os programas de governo abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, bem como, a capacitação de seus servidores. Nesse contexto, são realizadas atividades voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras.

Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

Também executou recursos pertinentes à Modernização da Polícia Federal, na ação referente à construção de Unidades do DPF, com a construção da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Guaíra, cuja entrega encontra-se prevista para o início de 2013.

Como se pode notar de plano, a maior concentração de recursos executados, refere-se as atividades relativas à administração da Unidade, inclusive ações de informática. A manutenção das atividades de apoio abrange, dentre outras, as despesas com terceirização de serviços de limpeza, vigilância e recepcionistas, serviços de manutenção predial, de manutenção da frota de veículos, aluguéis de imóveis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar a entrega voluntária de armamentos, o que, de plano, contribui para a redução de ocorrências (acidentes e crimes) com utilização de armas de fogo.

Finalmente, em relação à capacitação dos seus Servidores, esta Superintendência tem tomado ações efetivas visando a especialização constante, não só em treinamentos/cursos relativos às atividades fim, como às atividades meio. No tocante à atividade fim, além de ações próprias desta Superintendência, diversos são os cursos ofertados pela Academia Nacional de Polícia, instituição de ensino voltada às peculiaridades das atribuições afetas à Polícia Federal, em que pese ministrar treinamentos e cursos a outras instituições, sempre em ações ligadas à Segurança Pública.

Ao final do exercício podemos analisar a gestão como satisfatória, considerando as dificuldades enfrentadas e os resultados obtidos. Não obstante isso, os resultados satisfatórios somente foram conquistados, mesmo passando por um duradouro movimento paredista, em função do esforço conjunto de todos os Servidores desta Superintendência, que souberam superar a carência de recursos com criatividade e denodado esforço, bem como, superar as eventuais divergências ideólogo classistas com responsabilidade.

Para 2013, espera-se o fortalecimento das parcerias com os órgãos citados anteriormente, visto a especialização de seus Servidores, os quais contribuem significativamente para os resultados finais das operações.

Como já frisado anteriormente, visando cumprir suas atribuições legais e atentando para o cumprimento de determinações e/ou orientações de Órgãos Superiores, esta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná executou, durante o exercício de 2012, diversas atividades foram desenvolvidas, as quais se encontram elencadas no quadro abaixo, composto por diversas tabelas, denominado de "relatório de atividades Gerais", como segue:

Relatório de Atividades Gerais

Quadro 24 – Atividades gerais e resultados obtidos em 2012

INQUERITOS	Sede - Curitiba	Para-naguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londrina	Maringá	Foz do Iguaçu	Guaíra	TOTAL
INSTAURADOS	1458	234	705	339	302	838	654	1483	806	6.819
FLAGRANTE	135	21	188	53	23	50	72	359	217	1.118
PORTARIA	1323	213	517	286	279	788	582	1124	589	5.701
LRE'S	15	6	8	99	18	7	35	25	6	219
RELATADOS	785	196	578	245	233	535	496	1696	701	5.465
EM ANDAMENTO	1645	280	829	372	212	1050	555	1576	326	6.845

Termos Circunstanciados	Sede - Curitiba	Para-naguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londrina	Maringá	Foz do Iguaçu	Guaíra	TOTAL
INSTAURADOS	152	11	24	17	16	7	5	43	38	313

PRISÕES	Sede - Curitiba	Para-naguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londrina	Maringá	Foz do Iguaçu	Guaíra	TOTAL
GERAL	302	36	344	53	41	7	117	54	277	1.231
PREVENTIVAS	71	38	0	39	16	0	0	54	0	218
TEMPORARIAS	15	10	0	0	13	0	0	0	0	38

M.BBUSCA E APREENSÃO	Sede - Curitiba	Para-naguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londrina	Maringá	Foz do Iguaçu	Guaíra	TOTAL
CUMPRIDOS	79	36	58	203	48	10	0	56	6	496

APREENSÕES REALIZADAS	Sede - Curitiba	Para-naguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londri-na	Maringá	Foz do Iguaçu	Guaíra	TOTAL
Cocaína (kg)	15,5	289	228,32	7,4	1059	0	0	798,808	16,5	2.414,53
Crack (kg)	0	1,5	89,39	23,27	4,65	13	13,225	611,86	39,38	796,28
Haxixe (kg)	4,1	0	38,34	0	0,51	2,77	0,01009	49,085	8,2	103,02
Lança perfume (frascos)	88.688	0	3.240	0	0	0	115	2687	24	94.754,00
MDMA. - exctase (un)	9.419	0	33.464	0	0	0	0	8374	0	51.257,00
Maconha (kg)	1.045,00	14,5	4.952	1845,17	96,15	464531	316,689	18039,631	3352	494.191,99
Pasta base (kg)	0	0	66,02	3,37	0	0	0	0	0	69,39

BENS / PRODUTOS	Sede - Curitiba	Para-naguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londri-na	Maringá	Foz do Iguaçu	Guaíra	TOTAL
Veículos (unidade)	95	11	182	43	37	14	37	589	295	1.303
Motos (unidade)	4	4	5	1	5	0		24	26	69
Caminhões (unidade)	11	2	44	4	2	3	5	38	62	171
Armas (unidade)	35	0	23	17	2	2	9	67	20	175
Munições (unidade)	1136	0	4.009	1.332	57	0	99	6675	4231	17.539
Embarcações (unidade)	0	1	0	0	0	0	0	6	35	42
Cigarros (pacotes)	41140	0	935.995	16.419	25287	2063	31736	2231	1700147	2.755.018
Agrotóxicos (gramas)	0	0	220.200	0	0	55	216900		179000	616.155
Pneus (unidade)	4	0	0	0	0	0	0	76	361	441
Cédulas falsas (unidade)	18422	40	343	26	76	45	100	42	330	19.424
Equip. Eletrôn. (unid.)	508	0	2.850	0	0	15	113		12985	16.471
Pedras de Esmeraldas (kg)	6082	0	0	0	0	0	0	0	0	6.082

DELEMIG	Sede - Curitiba	Para-naguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londri-na	Maringá	Foz do Iguaçu	Guaíra	TOTAL
Carteiras de estrang. exped.	2.779	111	224	36	250	483	439	1.648	51	6.021
Passaportes expedidos	66.695	3716	5618	2546	6993	13502	12736	4.712	2704	119.222
Deportações	1	0	0	0	2	0	1	1	0	5
Extradições realizadas	-	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Expulsões	4	0	24	4	0	0	0	20	1	53
Naturalizações	62	3	8	3	4	6	11	35	1	133
Repatriações	1	5	1	0	0	0	0	0	0	7

DELINST	Sede - Curitiba	Para-naguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londri-na	Maringá	Foz do Iguaçu	Guaíra	TOTAL
Segurança de Dignitários	9	0	0	0	0	3	25	7	1	45
Proteção de testemunhas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

DELEAQ	Sede - Curitiba	Para-naguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londri-na	Maringá	Foz do Iguaçu	Guaíra	TOTAL
Registros de arma expedidos	1840	52	480	431	370	1169	1023	545	381	6.291
Portes de arma expedidos	222	0	0	0	0	0	0	0	0	222
Empresas fiscalizadas	64	0	9	0	0	4	2	0	7	86
Empresas visitadas	15	0	9	6	2	4	20	0	3	59
Cadastros aprovados	142	3	21	12	6	53	58	9	18	322
Licenças renovadas	447	11	42	26	12	248	196	41	53	1.076
Autorizações especiais emitidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valores arrecadados – taxas e multas	R$ 612.000,00	R$ 10.550,00	-	-	R$ 19.000,00	R$ 244.550,00	R$ 221.410,00	R$ 32.500,00	R$ 70.750,00	R$ 1.210.760,00

DELESP	Sede - Curitiba	Para-naguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londri-na	Maringá	Foz do Iguaçu	Guaíra	TOTAL
Certificados emitidos (form. vigilantes)	3609	0	1159	0	300	1314	618	1074	0	8.074
Exp. Carteira Nacional de Vigilante	6179	0	734	0	0	878	300	365	74	8.530
Vistorias (Carro - Forte)	136	0	21	17	20	77	28	10	5	314
Vistorias (Bancos)	760	0	146	115	5	330	200	73	82	1.711
Vistorias (Empresas Esp. e Orgânicas)	57	0	9	5	7	37	12	6	4	137
Processos de Empresas (Autor. p/ func. e Revisão)	62	0	5	5	0	37	12	9	2	132
Processo de Empresas (compra Armas e Munições)	3	0	5	2	0	0	8	2	11	31
Processo de Empresas, (Alt. atos constitut.)	23	0	4	1	3	3	0	0	1	35
Auto de Constatação de Infração	32	0	16	9	5	181	8	41	35	327
Guias de Tráfego de Armas	120	0	220	164	15	13	15	145	11	703
Armas arrecadadas	416	0	71	1	0	21	3	1	0	513
Munições arrecadadas	0	0	659	812	0	100	18	106	194	1.889
Aplicação de Multas (em R$)	R$ 9.500,00	-	-	-	-	R$ 1.500,00	-	-	R$ 23.952,84	R$ 34.952,84
Arrecadação - GRU (em R$)	R$ 1.119.106,49	-	-	-	-	R$ 469.300,16	R$ 390.000,00	R$ 105.137,90	R$ 86.000,17	R$ 2.169.544,72

NÚCLEO DE OPERAÇÕES	Sede - Curitiba	Para-naguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londri-na	Maringá	Foz do Iguaçu	Guaíra	TOTAL
Escoltas	86	10	58	32	5	50	84	796	110	1.231
Intimações	485	650	421	379	600	752	244	583	353	4.467
Mandados de Prisão Cumpridos	6	6	11	19	0	14	11	54	27	148
Mandados de Prisão Incluídos	125	0	176	22	0	1012	0	641	27	2.003
Planejamento de Operações	15	1	0	13	0	2	5	11	2	49

Laudos por Área de Exame	SETEC/PR	NUTEC/FIG	UTEC/LDA	UTEC/GRA	Total
Contábeis e Financeiras	36	8	9	13	**66**
Balística e Caracterização Física de Materiais	111	127	40	61	**339**
Biometria Forense	0	0	1	0	**1**
Bombas e Explosivos	1	0	0	0	**1**
Documentoscópicas	393	96	208	59	**756**
Eletroeletrônicas	335	218	5	25	**583**
Engenharia	8	0	9	0	**17**
Informática	472	132	70	85	**759**
Local de Crime	70	15	38	5	**128**
Meio Ambiente	45	3	8	47	**103**
Merceológicas	210	17	71	1	**299**
Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	11	0	0	0	**11**
Química Forense	458	597	6	80	**1141**
Registros de Áudio e Imagens	48	3	19	0	**70**
Veículos	201	474	163	226	**1064**
TOTAL GERAL	**2399**	**1690**	**647**	**602**	**5338**

Quadro de Operações

Nome	Unidade Responsável	Local	Objetivo	Resultado
ADONIS	SR/DPF/PR	Curitiba	Desarticular quadrilha de contrabando de medicamentos e anabolizantes	Apreensão de medicamentos de importação proibida e anabolizantes, e indiciamento de quatro investigados.
INTOLE-RÂNCIA	SR/DPF/PR	Curitiba e Brasília	Investigar site com conteúdo criminoso (ódio, terrorismo, discriminação e apologia à prática de crimes, inclusive violência e abuso sexual)	Duas prisões preventivas e três MBAs
CAMPEÃO	SR/DPF/PR	Cascavel	Combate ao comércio ilegal de pássaros silvestres	35 prisões em flagrante e 45 animais apreendidos.
IGUAÇU ÁGUA GRANDE	SR/DPF/PR	Curitiba e 16 cidades do interior do Paraná	Combate ao crime de poluição hídrica	21 Mandados de busca e apreensão e 03 prisões em flagrante
SOS	SR/DPF/PR	Curitiba	Desarticular quadrilha especializada em fraudar benefício de amparo assistencial ao idoso, com participação de servidor do INSS e intermediários de benefícos.	Cumprimento de sste mandados de busca e apreensão expedidos pela 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR
TONER	DPF/LDA/PR	Londrina		03 Buscas e 03 Prisões
PRIMO	DPF/LDA/PR	Ibaiti	DROGAS	04 Buscas e 03 Prisões

DEADLINE	DPF/PGA/PR		Desarticular Organização Criminosa que fazia a remessa de entorpecentes para o exterior através de Containers no Porto de Paranaguá	25 mandados de prisão (08 temporárias e 17 preventivas); 20 mandados de busca e apreensão em Paranaguá/PR, Pontal do Paraná/PR, Ponta Grossa/PR, São Paulo/SP, Sumaré/SP, Rio Grande/RS e João Pessoa/PB; Sequestro e Bloqueio Judicial de 06 veículos (além de outros localizados durante as buscas), 01 lancha, 04 imóveis, 05 contas bancárias, bloqueio de outras contas em nome de 20 CPFs. Apreensão de 38 kg de cocaína no Porto de Valência, 70 kg de cocaína no Porto de Antuérpia (BÉLGICA) e de 21 kg de cocaína em Rio Grande/RS.
SAFIRA	DPF/PGA/PR		Desarticular Organização Criminosa que fazia a remessa de entorpecentes para o exterior através de tripulantes no Porto de Paranaguá	10 mandados de prisão preventiva; 05 mandados de busca e apreensão em Paranaguá/PR e São Paulo/SP. Apreensão de 108 kg de cocaína em São Francisco do Sul e de 5,7 kg de cocaína no escritório de um agente marítimo em Paranaguá/PR.
RECIDIVA	DPF/PGA/PR		Desarticular Organização Criminosa que atuava no tráfico local de entorpecentes na circunscrição da Delegacia de Paranaguá/PR e	10 mandados de prisão preventiva; 06 mandados de busca e apreensão em Paranaguá/PR, Antonina/PR e Pontal do Paraná. Apreensão de 8,6 kg de cocaína em Paranaguá/PR.
VALADARES	DPF/PGA/PR		Desarticular esquema criminoso de venda licenças ambientais que contava com a participação de vereador local e do chefe do escritório regional do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.	2 mandados de prisão temporária; 05 mandados de busca e apreensão em Paranaguá/PR.
BORDUNA	DPF/GRA/PR	Guaíra	Investigar crimes de contrabando/descaminho, praticados por quadrilhas baseadas em Guaíra e região	Medidas cautelares em desfavor de 03 indivíduos, apreensão de cigarros de origem paraguaia e veículos.
IGARASSU	DPF/GRA/PR	Guaíra e Umuarama	Desmantelar organização criminosa que atuava no contrabando de cigarros e roubos de cargas	Expedidos 03 mandados de prisão, 01 mandado de condução coercitiva, 05 buscas e apreensões - os quais resultaram na prisão de 03 indivíduos e apreensão de caixas de cigarros, veículos e armas.
PRESENÇA	DPF/PGZ/PR	Ponta Grossa	Repressão ao tráfico de drogas	Desarticulação de Quadrilha
FUMAÇA	DPF/PGZ/PR	Ponta Grossa e Região	Combate ao contrabando de cigarros	Apreensões e prisões
ALKAEDO	DPF/PGZ/PR	Ponta Grossa	Combate aos crimes contra menores, através da Internet, por meio de Lan Houses (pedofilia, etc).	Fiscalizadas diversas Lan houses e descoberto caso de uso de Lan House para troca de imagens de sexo envolvendo crianças.
NOVA ERA	DPF/PGZ/PR	Ponta Grossa	Repressão ao tráfico de drogas	Desarticulaçãoe prisão de quadrilhas de traficantes
PROFESSOR PARDAL	DPF/CAC/PR	Cascavel	Combater trafico inter estadual de drogas nos municipios de Guaira,Toledo,Foz do Iguaçu,Santa Helena , Curitiba, São Paulo e Bahia	Prisão de toda quadrilha
BARRACÃO	DPF/CAC/PR	Cascavel	Investigar crime de tentativa de homicio no período eleitoral	Prisão dos criminosos
VERA CRUZ	DPF/CAC/PR	Cascavel	Desarticular quadrilha especializada na tráfico internacional de drogas, do Paraguai para o Brasil	Prisão dos principais líderes e bloqueio dos bens avaliados inicialmente em 20 milhões de reais
BRASIGUAI	DPF/FIG/PR	Santa Helena	Repressão ao tráfico de drogas	Apreensão de 22,88 kg de cocaína, veículos e prisão de 02 pessoas
ÁGUA VERDE	DPF/FIG/PR	Foz do Iguaçu	Repressão ao tráfico de drogas	Apreensão de 14,5 kg de crack, veículos e prisão de 03 pessoas
TERRA ROXA	DPF/FIG/PR	Santa Helena, Cascavel e Santa Terezinha do Itaipú	Repressão ao tráfico de drogas	Apreensão de 162 kg de crack, 2726,5 kg de maconha, veículos, armamento, munições e prisão de 08 pessoas
RAIZ ANDINA	DPF/FIG/PR	São Miguel do Iguaçu, Céu Azul e Foz do Iguaçu	Repressão ao tráfico de drogas	Apreensão de 144,65 kg de cocaína, 87 kg de crack, 1030,69 kg de maconha, 100 comprimidos de exctase, cigarros, veículos, armamento, munições e prisão de 41 pessoas
DUPLA FACE	DPF/FIG/PR	Foz do Iguaçu e Cascavel	Repressão ao tráfico de drogas	Apreensão de cigarros, veículos e prisão de 01 pessoa
AJUBA	DPF/FIG/PR	Foz do Iguaçu	Repressão ao tráfico de drogas	Apreensão de 512 kg de maconha e veículos.
HIDRA GPB	DPF/GPB/PR	Guarapuava e 18 municípios do PR/SC/SP	Estelionato, adulteração de combustíveis e sonegação fiscal	Cumpridos 93 mandados de busca e apreensão

GEDEÃO	DPF/GPB/PR	Guarapuava	Tráfico de drogas, associação para o tráfico e corrupção de menores	Cumpridos 15 mandados de busca e apreensão, 17 prisões preventivas, 04 prisões em flagrante, 03 termos circunstanciados e 01 condução coercitiva
ANGELUS	DPF/GPB/PR	Guarapuava	Pedofilia	Cumprido 01 mandado de busca e apreensão
BARGAINS	DPF/GPB/PR	Prudentópolis	Descaminho	Cumpridas 07 buscas e 02 prisões em flagrante
ROLETA RUSSA II (conj. SR/PR)	DPF/GPB/PR	Guarapuava e Prudentópolis	Jogos de azar	Na circunscrição da GPB cumpridas 04 buscas e 04 termos circunstanciados
ALTO-RISCO PR	DPF/GPB/PR	Pato Branco e região	Coação no Curso do Processo	Cumpridas 01 busca e 01 mandado de prisão preventiva
ERUPÇÃO (pela SR/PR)	DPF/GPB/PR	Guaíra	Corrupção, lavagem de dinheiro e quadrilha de PFs	18 busca e apreensão, 04 prisões preventivas, 01 flagrante e 07 conduções coercitivas
LACRAIA GPB	DPF/GPB/PR	Guarapuava	Corrupção de Procurador da Fazenda Nacional	Cumpridos 02 mandados de busca e apreensão
ELEIÇÒES 2012 GPB	DPF/GPB/PR	23 municípios	Crimes eleitorais diversos.	Cumpridos 13 mandados de busca e apreensão, 14 prisões em flagrante e 01 termos circunstanciado
SEM CAMINHO	DPF/GPB/PR	Guarapuava	Descaminho	Cumpridas buscas e apreensões em 12 locais (comércios e depósitos)
FORTE APACHE	DPF/GPB/PR	Mangueirinha	Posse Ilegal de armas de fogo e munições	Cumpridos 27 mandados de busca e apreensão e 06 autos de prisão em flagrante
PINHA	DPF/GPB/PR	Reserva do Iguaçu	Corrupção Eleitoral do Prefeito Eleito em 2012	Cumpridas 09 buscas e apreensões e 05 mandados de condução coercitiva
FORTE APACHE 2	DPF/GPB/PR	Manoel Ribas	Arrendamento ilegal de terras indígenas e outros crimes	Cumpridos 09 mandados de busca e apreensão, 01 prisão preventiva e 01 prisão em flagrante (há mais 3 preventivas a cumprir)

Estas foram, pois, as principais atividades desenvolvidas pela Unidade Jurisdicionada, durante o exercício de 2012, cujo rol poderia contemplar números ainda mais significativos, não fossem as interpéries, principalmente decorrentes dos movimentos paredistas das categorias que compõem o quadro de Servidores desta Superintendência Regional do DPF no Paraná, porém, mesmo assim, demonstram o efetivo cumprimento de suas atribuições, no que concerne à Segurança Pública e demais atividades afetas ao Departamento de Polícia Federal.

Curitiba/PR, 25 de Março de 2013.

JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS
Delegado de Polícia Federal – Classe Especial
Superintendente Regional

ANEXOS

ANEXO I – DECLARAÇÕES DOS SETORES DE GESTÃO DE CONTRATOS

a) **Declaração relativa às Unidades Gestoras 200364 e 200365 (Superintendência Regional do DPF no Paraná)**

Quadro A.10.6 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Paraná estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congênere. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 1º de fevereiro de 2013.

BEATRIZ MARTINS RAMOS RIVA

052.433.969-40

Responsável pela Gestão de Contratos da SR/DPF/PR

b) Declaração da Gestão de Contratos, relativa às Unidades Gestoras 200366 e 200367 (Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu)

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, WILLIAM CORDEIRO LEITE, CPF nº 071.641.367-18, Gestor de Contratos, exercido na **DPF/FIG/PR** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, resalvado alguns cronogranas de contrato, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 08 de fevereiro de 2013.

WILLIAM CORDEIRO LEITE
071.641.367-18
Agente de Polícia Federal

c) Declaração da Gestão de Contratos, relativa às Unidades Gestoras 200368 e 200369 (Delegacia de Polícia Federal em Londrina)

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Guilherme Monseff De Biagi**, CPF n° **280.543.288-69**, **Delegado de Polícia Federal**, exercido na **Delegacia de Polícia Federal de Londrina/PR,** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Londrina/Pr, 07 de Fevereiro de 2013.

Guilherme Monseff De Biagi
280.543.288-69
Delegado de Polícia Federal - DPF/LDA/PR

ANEXO II – DECLARAÇÕES DOS CONTADORES

a) Declaração do Contador, relativa às Unidades Gestoras 200364 e 200365 (Superintendência Regional do DPF no Estado do Paraná).

Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ - SR/DPF/PR	200364 - 200365

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO,** em relação à UG 200364, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.

Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:

a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;

b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e

c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Brasília /DF**	**Data**	**31/01/2013**
Contador Responsável	**CHEILA ANDRADE MEDEIROS**	**CRC nº**	**DF-015371/O-4**

b) Declaração do Contador, relativa às Unidades Gestoras 200366 e 200367 (Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu).

Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU - DPF/FIG/PR	200366 -200367

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO,** em relação à UG 200366, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.

Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:

a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;

b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e

c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

d) os demonstrativos do fluxo de caixa e do resultado econômico não estão diponibilizados no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Foz do Iguaçu / PR**	**Data**	**31/01/2013**
Contador Responsável	**MARCELO DRUZIAN**	**CRC nº**	**SC-025292/O-0**

Marcelo Druzian
Perito Criminal Federal
Matrícula 17 701

c) Declaração do Contador, relativa às Unidades Gestoras 200368 e 200369 (Delegacia de Polícia Federal em Londrina)

Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM LONDRINA	200368 -200369

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.

Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:

a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;

b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e

c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Brasília /DF**	**Data**	**31/01/2013**
Contador Responsável	**CHEILA ANDRADE MEDEIROS**	**CRC nº**	**DF-015371/O-4**

d) **Errata das Declarações do Contador, UG's 200364/200365 (SR/DPF/PR) e 200368/200369 (Delegacia de Polícia Federal em Londrina)**

DATA: 22/02/13 HORA: 11:14:34 USUARIO: GLADSTON
PAGINA: 1

MENSAGEM: 2013/0481005 DA EMISSORA 200240 SETORIAL DE CONTABILIDADE/DPF EM 22/02/13 AS 11:14: POR GLADSTON GUIMARAES NAVES

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR - ERRATA

SENHOR ORDENADOR DE DESPESAS E CHEFE DE LOGÍSTICA,

1. SOLICITO A VOSSA SENHORIA, EM ATENDIMENTO ÀS ORIENTAÇÕES CONTIDAS NA MENSAGEM SIAFI 2013/0473715, ANEXAR À DECLARAÇÃO DO CONTADOR ENVIADA A ESSA UG A ERRATA A SEGUIR:

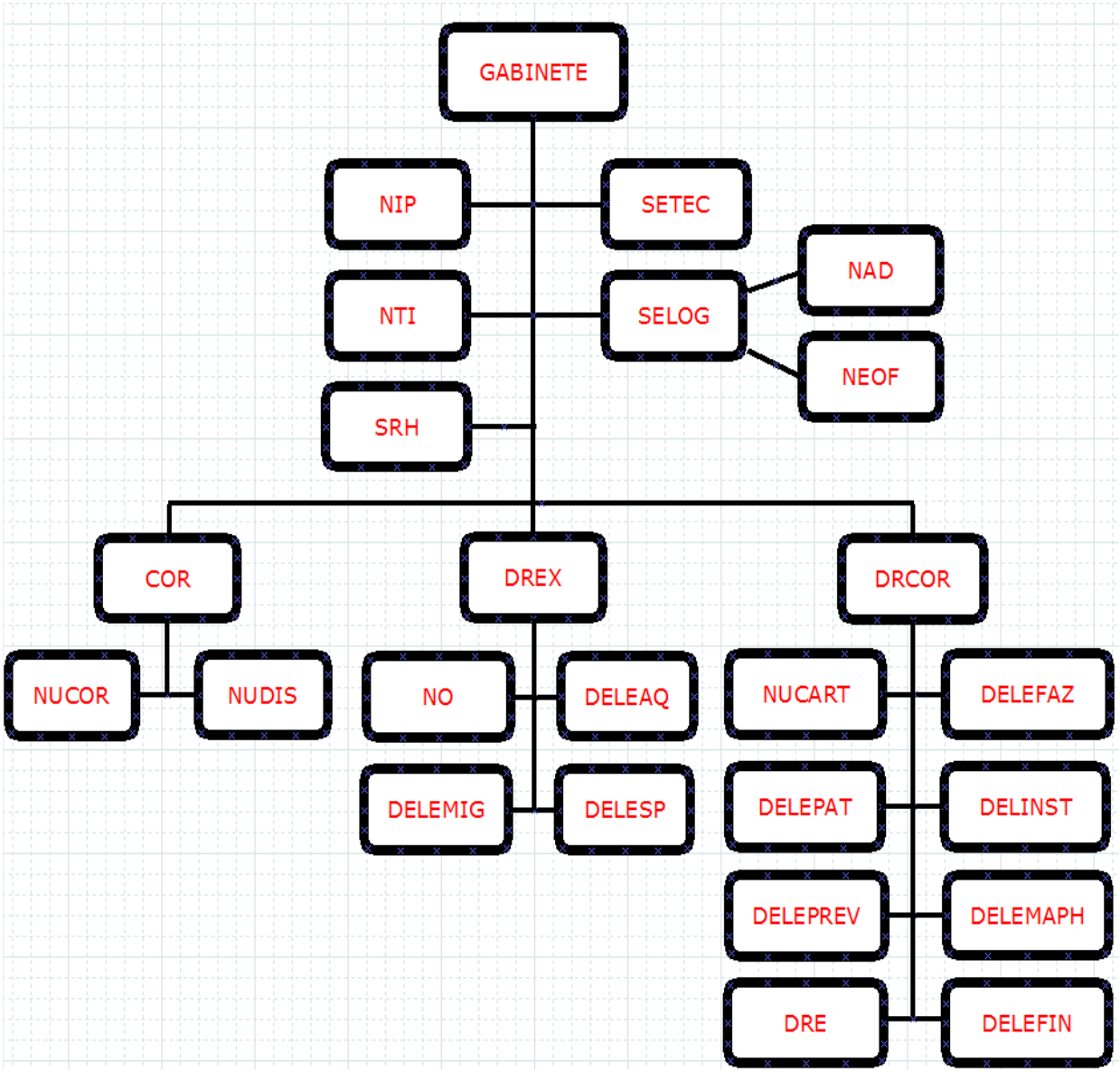
*** ONDE SE LÊ:
" DECLARO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CONSTANTES DO SIAFI (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E AS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, DO FLUXO DE CAIXA E DO RESULTADO ECONÔMICO), REGIDOS PELA LEI N.° 4.320/1964 E PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC N° 1.133/2008, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2012, (...)."

*** LEIA-SE:
" DECLARO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CONSTANTES DO SIAFI (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E AS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS), REGIDOS PELA LEI N.° 4.320/1964 E PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC N° 1.133/2008, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2012, (...)."

*** ACRESCENTAR:

PARA A EMISSÃO DA DECLARAÇÃO FORAM CONSIDERADOS OS SEGUINTES CRITÉRIOS:
(...)
D) OS DEMONSTRATIVOS DO FLUXO DE CAIXA E DO RESULTADO ECONÔMICO NÃO ESTÃO DISPONIBILIZADOS NO SIAFI.

2. EM CASO DE DÚVIDAS, ENTRAR EM CONTATO COM O CONTADOR RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DO DOCUMENTO.

ATENCIOSAMENTE,
GLADSTON GUIMARÃES NAVES
CHEFE DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE/COF/DLOG
SETORIAL DE CONTABILIDADE DA POLÍCIA FEDERAL

ANEXO III – ORGANOGRAMA DA SR/DPF/PR